

## Um perigo que o Centrão parece não estar vendo

Teoricamente com a possibilidade de reformular inteiramente o malfadado anteprojeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, o chamado Centrão aparentemente não está enxergando um dos "produtos" mais carregados de ameaças para o futuro da economia nacional e, conseqüentemente, para o regime democrático, elaborados pela minoria nacional-estatizante que, devido às artimanhas do senador Mário Covas e do seu séquito de inocentes úteis, pode prevalecer sobre as forças majoritárias de tendência liberal durante os debates naquela Comissão.

Estamos nos referindo à proposta de estatização total do setor de saúde aprovada pela Comissão de Sistematização sob o pretexto de criar as condições necessárias para o fornecimento de assistência médico-hospitalar gratuita a toda a população do País. Em apenas quatro artigos essa comissão prevê a criação de um sistema único de saúde, outorgando ao Estado a responsabilidade absoluta e exclusiva pelo setor, sem cogitar das eventuais fontes de recursos para atender com um mínimo de eficiência 140 milhões de brasileiros.

De acordo com o artigo 234 desse anteprojeto, ao "Poder Público" caberão todas as prerrogativas para "a regulação, a execução e o controle das ações e serviços de saúde". Segundo seu parágrafo primeiro, a iniciativa privada somente "poderá participar de forma supletiva do sistema único de saúde sob as condições estabelecidas em contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos". Segundo seu parágrafo seguinte, fica totalmente proibida "a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedências estrangeiras, dos serviços de assistência à saúde no País".

O que esse artigo e seus respectivos parágrafos pretendem é que esse Estado brasileiro que aí está, matando aos poucos a "oitava economia do mundo capitalista", que já não tem mais capacidade para provê-lo de recursos fiscais necessários para prestar, com um mínimo de qualidade e eficiência, os mais elementares serviços públicos — da educação primária ao saneamento básico, passando pelas áreas de saúde dentro do sistema misto vigente atualmente, e chegando à segurança pública, aos transportes coletivos etc. —, irá, com a nova Constituição, proporcionar um excelente atendimento médico-hospitalar absolutamente gratuito a toda a população brasileira, sem qualquer tipo de cooperação com a rede hospitalar privada, que hoje atende, através dos convênios com o Inamps, 70% dos brasileiros que não podem pagar pela assistência médico-hospitalar.

Sem levar em consideração a gravidade da atual situação sócio-econômica do País provocada exclusivamente pelo tumor maligno da estatização, a maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização pretende atribuir a um Estado que já não sabe mais o que fazer para deter o fantástico crescimento de suas despesas e para evitar a consumação de sua falência um tipo de serviço que hoje é reconhecido, em todo o mundo, como o mais oneroso de todos. Como já dissemos em outros editoriais, é por esse motivo que não existe, no mundo inteiro, um serviço de atendimento médico-hospitalar inteiramente gratuito. Quer nos países capitalistas que optaram pela socialização da medicina quer nos países de economia estatizada, os serviços de saúde, cujas exigências técnicas em matéria de instalações, equipamentos e mão-de-obra especializada multiplicaram seus custos de modo impressionante, são pagos quer diretamente quer indiretamente sob a forma de uma pesada carga tributária, que atinge a todos indistintamente. Nos países totalitários, onde não se paga a consulta ou a internação no ato, os contribuintes financiam com o seu trabalho todo o sistema de saúde.

No caso específico dos países capitalistas, cuja criatividade os levou a aperfeiçoar a medicina de grupo como alternativa para que seus respectivos governos pudessem partilhar seus gastos com a iniciativa privada e para que todas as pessoas pudessem contar com um atendimento minimamente eficiente e moderno, somente os milionários estão em condições de pagar os tratamentos hospitalares mais sofisticados.

É por essa razão que mesmo os ricos não dispõem a medicina privada de grupo, a qual não só lhes dá a liberdade para escolherem os médicos e hospitais de sua confiança pessoal, como, ainda, propicia as condições necessárias para o avanço tecnológico em matéria de saúde. É por esse motivo, igualmente, que a monopolização dos serviços médico-hospitalares pelo Estado tornou-se sinônimo de má qualidade e anacronismo — quanto mais socializado é o atendimento médico-hospitalar, mais deficiente costuma ser a execução desse serviço.

Nada disso, contudo, foi ponderado pela maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização, por dois motivos diferentes: aos juramentados do totalitarismo é impossível conceber um modelo diferente. Quanto aos demais "idealizadores" do sistema único, foram movidos por motivo bem mais torpe: tudo não passa de uma tentativa de consolidar a estratégia formulada pelos ministros Waldir Pires, Raphael de Almeida Magalhães e Renato Archer com a finalidade de dar aos governadores do PMDB as condições necessárias à expansão de suas máquinas eleiçoerias e de suas oligarquias partidárias regionais.

A essa maioria de integrantes da Comissão de Sistematização seria inútil pedir que refletisse sobre o grande problema que levou o ministro Bresser Pereira a se demitir — a necessidade de ampliar brutalmente a carga tributária de um povo já escorchado pelo fisco, para sustentar um Estado perdulário, ineficiente e totalmente inepto, pelo fato de que os políticos que vivem parasitariamente desse Estado não permitem que o governo reduza o ônus que ele representa para uma sociedade paupérrima como é a brasileira. Eles fazem parte do grupo de parasitas.

Está aí a importância de se reformular o anteprojeto constitucional nessa matéria que os parlamentares do Centrão, ao que parece, não estão avaliando devidamente.

Se fizerem, em suas barganhas, a concessão, aos fisiologistas e aos totalitários, do sistema único de saúde em troca de modificações de outras matérias que equivocadamente parecem julgar mais importantes, os parlamentares do Centrão não estarão apenas condenando toda a população brasileira a um tratamento médico-hospitalar ainda muito pior do que aquele de que dispõe hoje, mas estarão, também, sendo no mínimo coniventes com aqueles que, ou por simples irresponsabilidade ou por convicção ideológica, estão criando as condições para a total inviabilização financeira do Estado, que significará o golpe de graça na economia privada e, conseqüentemente, a abertura para a implantação do regime totalitário no Brasil.